

Resumo: 00368

Área científica

Medicina do Adolescente

1º Autor

Carolina Viveiro - Hospital de Santo André - Leiria EPE

Co-autores

Pascoal Moleiro - Hospital de Santo André - Leiria EPE

Título

Conhecimentos e Práticas dos Médicos Referentes aos Aspectos Ético-Legais no Atendimento a Adolescentes

Texto

Introdução: A adolescência é um período de crescente responsabilização e autonomia. A confidencialidade e participação nas decisões assume grande importância na abordagem desta faixa etária, devendo ser asseguradas pelos profissionais como forma de promover essa autonomia, não obstante a intervenção dos pais. A legislação portuguesa é vasta e em alguns aspectos contraditória, no que respeita os direitos de saúde dos adolescentes.

Objectivos: Avaliar o conhecimento e conhecer as práticas dos médicos no que concerne aos aspectos ético-legais no atendimento de adolescentes, à luz da legislação vigente.

Métodos: Estudo transversal descritivo, com base num questionário electrónico e anónimo, constituído por 35 perguntas, dirigido a especialistas e internos de todo o país, disponível online de 28 Julho a 18 de Agosto de 2010. As questões versavam a confidencialidade, autonomia, consentimento informado e a decisão terapêutica. Análise estatística efectuada com o programa PASW 18■.

Resultados: O inquérito foi respondido por 327 médicos, 62% da Pediatria (P), 24% de Medicina Geral e Familiar (MGF) e 6% da Ginecologia/Obstetria (GO), sendo os restantes de diversas especialidades. Em 69% dos inquiridos a idade era inferior a 40 anos, sendo 77% do total do sexo feminino. A maioria dos profissionais atende regularmente adolescentes na sua prática clínica (75%), sendo a confidencialidade frequentemente abordada na consulta, sobretudo com o/a adolescente e os pais (60%). A grande maioria dos profissionais (84%), é conhecedor dos limites da confidencialidade (83% P, 84% MGF, 80% GO). Relativamente ao direito à autonomia e confidencialidade apenas 34% dos profissionais responderam correctamente à totalidade das questões (37% P, 28% MGF, 35% GO), 66% responderam acertadamente a 80% das perguntas (70% P, 59% MGF, 70% GO). Nas questões que versavam a decisão terapêutica, apenas 12% do total de inquiridos responderam correctamente a todas as questões colocadas (14% P, 10% MGF, 5% GO), mas 74% do total respondeu a mais de 80% das perguntas (76% P, 75% MGF, 75% GO).

Conclusão: Os limites à confidencialidade foi o ítem onde os participantes se mostraram maiores conhecedores. No entanto, a sua abordagem na consulta ainda não se encontra sistematizada (embora referida por mais de metade). De um modo geral, os médicos inquiridos apresentam um bom nível de conhecimento no que diz respeito ao direito à confidencialidade, autonomia e decisão terapêutica.

Palavras Chave

Aspectos ético-legais, Adolescentes, Médicos.